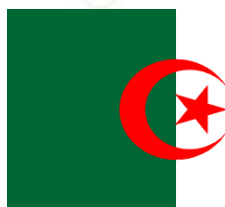


MAAP AVALIAÇÃO NACIONAL
RELATÓRIO 4

MECANISMO DE
AVALIAÇÃO DE REVISÃO
PELOS PARES



**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
NACIONAL DA REPÚBLICA
ARGELINA DEMOCRÁTICA E
POPULAR**



Setembro 2007

CONTEXTO

A ARGÉLIA MODERNA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Da Colonização à Independência

- 1.1 A colonização da Argélia começou em 1830, quando as tropas Francesas obrigaram o Dey de Argel a capitular. Rapidamente tiveram de lutar com a longa e gloriosa resistência à sua invasão pelo Emir Abdelkader, o fundador do Estado Moderno Argelino. A resistência à ocupação estrangeira só terminaria com a conquista da independência nacional. Um esforço heroico foi travado em todas as partes do país com consecutivas revoltas armadas. O fracasso de uma opção pacífica escolhida pelos partidos políticos da época ajudaram a convencer o povo Argelino da inevitável luta armada contra o colonialismo. A Frente de Libertação Nacional (FLN) foi estabelecida após estes eventos e, convencidos da necessidade de uma luta armada, o começo de uma insurreição armada contra o poder colonialista começou a 1 de Novembro de 1954.
- 1.2 Para o povo Argelino, a luta de libertação nacional tinha três objectivos principais. O primeiro sendo a conquista da independência e da dignidade para as pessoas oprimidas da sua nação. O segundo foi a construção de uma nação Argelina política apesar dos esforços do colonialista a tentarem destruir nos espíritos das pessoas. Finalmente, o terceiro objectivo foi o de embarcar no desenvolvimento como um direito legítimo da Argélia e do seu povo, para que eles se pudessem libertar do infortúnio a que a colonização os reduziu. Isto permitir-lhes-ia assumir e aproveitar os recursos do país e os dividendos de um processo económico e social. A Argélia moderna está marcada pela conscientização destes objectivos e protege-os ciosamente. A grande luta pela independência, e a afirmação da dignidade do país e da sua posição política, assim como a enormidade das tarefas vindouras de desenvolvimento, resultou no estabelecimento de um modelo de desenvolvimento socialista.
- 1.3 Nos anos imediatamente após a independência, e em resposta às profundas aspirações do povo durante a guerra de libertação, a Argélia foi confrontada com múltiplos desafios. Para um estado jovem acabado de sair de uma longa guerra de libertação, os obstáculos a serem superados eram enormes. Esforços consideráveis foram os de pôr em ordem as instituições políticas e a administração pública, representando tanto um mecanismo de desenvolvimento do estado como um desenvolvimento económico e social, dominando e promovendo um sistema económico e instituições sociais consistentes com as aspirações e expectativas do povo, e finalmente, criando uma dinâmica política socioeconómica no país que garantisse a sua posição em África, Magreb e todo o mundo.

Do Socialismo às Reformas Liberais

- 1.4 A jornada política da Argélia logo após a sua independência abrange três períodos distintos: foi a era do desenvolvimento socialista (1962-1987); o período de crise do desenvolvimento socialista e resistência a este modelo (1988-1999); o período de compromisso em aberto, e a implementação de reformas que vão acompanhadas como desenvolvimento liberal (1999 - até à data), juntamente com todas as reformas isto requerido em Política (governo democrático; multipartidos políticos), económicos e empresariais (reformas; transição a uma economia de mercado) e a social (participação dos cidadãos em termos de desenvolvimento políticos, económicos e desenvolvimento social).
- 1.5 Após a sua experiência de desenvolvimento socialista, e a Crises do período intercalar de terrorismo, a Argélia está actualmente numa fase de transição para uma economia de mercado, uma transição que o país pretende realizar a seu próprio ritmo, sem quaisquer pressas injustificáveis. As primeiras reformas estruturais e políticas foram lançadas pelas autoridades contra a violência terrorista visando o povo Argelino, de ameaças à própria existência do Estado e das suas instituições, de recessão económica e fadiga social. Após 1994, estas reformas eram seguidas por programas de ajustamento estrutural.

- 1.6 Para entender este percurso, é necessário referir-nos à origem desta crise. No início da década de 1980, começaram a aparecer brechas no modelo político e no componente económico. O povo estava finalmente farto de ser pisoteado pela máquina Estatal, a sua omnipresença nas vidas dos cidadãos, e os seus falhos e fraquezas na gestão de desenvolvimento, ou pelo menos em algumas das suas áreas principais. Isto finalmente irritou o povo e frustrou alguns ossos e tendões da nação. Desigualdades sociais, os pontos francos (sem falarmos no falhanço total) de administração económica, e o favoritismo, tudo isto criaram dúvidas acerca da solidez do modelo económico e político adoptado. O que começou com murmurações foi rapidamente transformado em protestos barulhentos. A crise económica escondida à superfície explodiu, acompanhada de descidas de preços no petróleo em 1986. Isto resultou na difusão da oposição política contra o modelo de desenvolvimento vigente
- 1.7 O declínio nas receitas de contribuição do Estado contribuiu à redução da sua capacidade de intervenção, especialmente no que diz respeito a algumas funções de desenvolvimento económico e social que até à data tinham sido assumidas. O descontentamento sentido pela população, que tinha desenvolvido uma espécie de síndrome de dependência social sobre o Estado, transformou-se numa estrutura anti governo ou anti estado, e, portanto, contra as instituições e o progresso modelo de desenvolvimento socialista. A crise de confiança nas instituições políticas do país, que tinha sido até então mantida, era agora do conhecimento geral. O próprio Estado apercebeu-se de que já não podia continuar a realizar as mesmas funções que anteriormente, devido ao colapso de alguns dos sectores económicos pelos quais tinham sido responsáveis e também por causa da redução de seus recursos.
- 1.8 A situação foi explorada por outras forças fazendo uso da religião como instrumento para a tomada do poder, e o país passou pela amarga experiência da "década sombria", marcada pela violência generalizada e pelos ataques terroristas. A violência terrorista e a oposição ao modelo de desenvolvimento socialista foram exploradas por algumas pessoas ao ponto de ameaçar os próprios alicerces do Estado Argelino. A democracia na Argélia nasceu através de um processo trágico, e isso influenciou as hipóteses da plena democratização do processo de desenvolvimento socioeconómico do país.
- 1.9 Assim, a Argélia, que tinha feito progressos consideráveis na construção de um Estado moderno, com sólidas instituições políticas e administrativas, e que tinha conseguido distribuir pelo povo, os dividendos económicos e sociais da sua guerra de libertação, confronta problemas que pensava já terem ficado no passado.
- 1.10 Finalmente, tendo em consideração estes factos, as autoridades analisaram a situação. A modernização de reformas políticas e socioeconómicas foram concebidas e implementadas para abordar as exigências do povo e também para resolverem os problemas políticos, económicos e sociais que foram a proveniência das desordens. Ao mesmo tempo, porém, as autoridades procuraram manter a situação sob controlo, estando conscientes dos perigos em precipitadamente proporem as reformas.

O Caminho a Seguir

- 1.11 As autoridades argelinas necessitam implementar uma política que: (i) consolide a paz civil, de segurança e estabilidade das instituições como uma condição básica para a construção da democracia, a melhoria da gestão dos assuntos públicos e o fortalecimento do Estado de Direito; (ii) relançar o processo de desenvolvimento, baseando-se nas reformas económicas relevantes e na parceria activa entre o Estado, cujo papel é o de criar um ambiente político e jurídico que permita, o setor privado, que é o principal criador da riqueza nacional e do emprego, e da sociedade civil que confere sinergias entre as esferas políticas e sociais, para garantir que toda a nação desfrute dos dividendos adequados; (iii) melhorar a situação social com condições financeiras viáveis, através da intensificação de reformas nos sectores sociais e criar condições adequadas para o crescimento sustentado e sustentável, que fomentará a criação de empregos e garantirá que o povo argelino desfrute dos seus benefícios.
- 1.12 Apesar do notável progresso que já o feito nessas áreas, ainda há muito a ser feito, a fim de garantir o pleno gozo das liberdades civis, participação dos cidadãos, a democracia de base, um equilíbrio de poderes e de divisão de poderes, maior acesso aos meios de comunicação, bem como a eficiência da administração e da luta contra a corrupção. Estes são os desafios principais a que se deve dar a maior atenção. Resumindo, o

passado e a história mais recente da Argélia é a construção de uma nação de luta constante para reafirmar a sua identidade e manter a sua dignidade e soberania. Através de seu orgulho na sua secular Amazighité, a fazer parte da civilização árabe, nas suas origens africanas e na sua devoção aos valores espirituais do Islã, a Argélia afirma ter encontrado os desafios da globalização no espírito de tolerância, de abertura e de mudança, ditada pela sua longa história. Foi com a ajuda deste precioso capital, de onde extraiu a sua força espiritual e a energia moral em tempos de adversidade, que a nação Argelina foi capaz de lidar com os inúmeros e sucessivos desafios que marcaram sua história

PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES E CONCLUSÕES DO CRM NAS ÁREAS TEMÁTICAS

Governança Democrática e Política

- 2.1 Sobre a questão do conflito, o CRM observou que, depois de ser confrontado por uma década do terrorismo e de violência indiscriminada, a Argélia conseguiu evitar a armadilha de uma guerra civil e há já alguns anos que iniciou uma fase de consolidação da paz, que deveria ser perpetuada. No entanto, outros conflitos internos de intensidade relativa devem também ser mencionados. Eles dizem respeito à língua, embora a língua Tamazight tenha sido constitucionalizada, da diversidade sociocultural, dos direitos humanos, do emprego e da terra rural. Com a região, a controvérsia sobre o Sara Ocidental, situado mesmo à porta da Argélia, e o problema da imigração ilegal é um potencial ponto de conflito, porque, a Argélia, que costumava ser um ponto de trânsito, está agora a tornar-se no destino de imigrantes da África Subsariana. Também existe o problema de tráfico transfronteiriço de droga, de armas, mercadorias de contrabando e falsificação de documentos administrativos, bem como a prostituição, que constituem causas de tensão.
- 2.2 Argélia assinou e ratificou a maior parte dos instrumentos jurídicos internacionais e africanos que influenciaram a protecção dos direitos humanos. Contudo, existem algumas reservas feitas a alguns dos instrumentos.
- 2.3 Em respeito à democracia constitucional, eleições multipartidárias e a garantia de Estado de direito, o regresso à democracia e a competição eleitoral em si, é uma vitória para a nação argelina. O país parece ter encontrado os dois principais desafios impostos por um determinado nível de modernismo: (1) o desafio de construir uma multipartidária democracia social que garanta a transição política, o poder soberano do povo e da democracia de base, sem sacrificar a unidade nacional, e (2), instituindo o Estado de direito com base no modelo republicano, que acomoda a diversidade em todas as formas e garante aos cidadãos igualdade de oportunidades e de participação efectiva na gestão dos assuntos públicos.
- 2.4 O partido e o sistema eleitoral evidenciam ter tirado lições das recentes experiências traumáticas de terrorismo, em termos da adopção de uma abordagem prudente e progressiva para o estabelecimento de política democrática e multipartidária. Os partidos registados exercem as suas actividades em condições relativamente satisfatórias e têm acesso limitado e supervisionado aos principais órgãos de comunicação social (rádio e televisão), sob o monopólio de facto de Estado. As Partes recebem fundos do Estado unicamente para suas campanhas eleitorais. A organização de eleições tem vindo a melhorar a cada consecutiva eleição. Um Juiz constitucional independente (Conselho Constitucional) garante a supremacia da Constituição e está a desenvolver a jurisprudência a fim de assegurar que a legislação está conforme a Constituição e que as pessoas têm direitos soberanos de escolher os seus representantes. Contudo, a filiação das assembleias eleitas e os altos níveis de administração nem sempre refletem uma justa representação da complexidade da diversidade geográfica, linguística e sociocultural do país, com baixa representação de mulheres, jovens, intelectuais e grupos sociológicos.
- 2.5 A modernização do sistema de justiça é uma iniciativa altamente positiva e as práticas que daí serão desenvolvidas, contribuirão eficazmente sem dúvida, para a consolidação definitiva de um Estado constitucional. O equitativo acesso à justiça por todos os cidadãos é garantido pela Constituição e a assistência jurídica está disponível a qualquer pessoa ou associação incapazes de arcar com o custo da justiça. As despesas Jurídicas são moderadas e a descentralização geral de jurisdições (administrativas e judiciais) garante a localização um tribunal de fácil acesso. Existem serviços para assistir aqueles que aparecem em tribunal e processos de violação são regularmente tratados pelos tribunais. Medidas alternativas de resolução de litígios estão previstas para evitar problemas associados com procedimentos morosos e os atrasos nas decisões proferidas pelos tribunais. Ao longo dos últimos anos também tem havido um progresso notável na defesa dos direitos humanos em relação aos prisioneiros.

- 2.6 A Descentralização territorial é uma das questões mais debatidas. Mesmo que a Constituição estipule que "a assembleia eleita terá lugar na sede da descentralização e através do qual os cidadãos participam na gestão dos assuntos públicos", os poderes dessas assembleias parecem ser contrabalançados pela forte participação das autoridades descentralizadas. Eles representam o estado (nomeadamente, o Wali, o chefe dos dairas) e são responsáveis perante o Chefe de Estado e o Governo. Assim, uma relação e uma depreciação da descentralização que opera mais como desconcentração participativa particularmente no que diz respeito ao wilaya, cujo wilaya é Chefe do Executivo.
- 2.7 A participação da sociedade civil na gestão dos assuntos públicos constitui um dos grandes desafios para a democracia, e o seu desenvolvimento tem sido notável. Contudo, a pouca representação da maioria das associações e a fraqueza de sua capacidade institucional deve ser realçada.
- 2.8 Ao longo dos últimos anos, a situação geral em matéria de direitos humanos tem sido positiva. Os direitos económicos, sociais e culturais estão adequadamente cobertos pela legislação Argelina. O princípio da igualdade está incorporado na Constituição, assim como os principais direitos económicos, sociais e culturais, incluindo a igualdade de acesso de emprego e funções estaduais, bem como o direito ao emprego, à educação e à saúde. O exercício desses direitos é eficaz no que diz respeito à liberdade de associação, ao direito de organizar greves, à escolaridade obrigatória para crianças dos 6 aos 16 anos, à protecção e promoção da saúde, o acesso à habitação, com prioridade para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, o direito à identidade cultural, etc. Uma menção especial deve ser feita acerca do direito à educação para todos, que é sustentada por educação gratuita nas escolas públicas até o nível terciário. É também observar que a restauração da paz e da reconciliação nacional foi acompanhada pela reafirmação formal dos direitos civis e políticos garantidos pela Constituição e muitas liberdades: a liberdade de expressão, associação e reunião. Enquanto o Islão é reconhecido como a religião do estado, o mesmo é aplicável à liberdade de consciência e à liberdade de culto; e a protecção que as autoridades públicas dão ao Islão é estendida para as outras religiões. A liberdade da mídia impressa está efectivamente garantida (Argélia tem cerca de 130 publicações, incluindo 43 jornais diários).
- 2.9 Devemos, no entanto prestar atenção às queixas sobre a "repressão dos órgãos de imprensa" e aos excessos de alguns elementos das forças de segurança, que às vezes agem contrariamente à lei ou em flagrante violação dos direitos humanos. Isto apesar da necessidade de conter permanentemente ataques terroristas. Em consequência, o governo e toda a sociedade devem prestar atenção à indivisibilidade dos direitos humanos. O mesmo é aplicado para a garantia do direito à paz, condicionada pela justiça social, democracia e desenvolvimento sustentável.
- 2.10 No relacionado com a separação de poderes, embora o CRM tenha enfatizado, com interesse, o desejo do Constituinte, o estabelecer e garantir a independência do poder judicial, permanece o facto de que a mudança de uma função para outra e de uma jurisdição a outra, é através de nomeação feita pelo Presidente da República, sob conselho do Conselho Superior de Magistratura (CSM), que preside, com o Ministério da Justiça, Guarda-Selos (Ministro de Justiça) como copresidente. A independência funcional e a eficácia do parlamento também atraíram alguns comentários e reservas. O Presidente tem o poder de legislar, por ordem e sem prévia autorização da Assembleia Nacional Popular (APN), mesmo nas questões financeiras. Além disso, o Senado (Conselho da Nação) tem autoridade para bloquear as leis que sejam passadas, dado que é necessário uma maioria de quatro quintos para aprovar leis aprovadas pelo Senado superior. (Deve levar-se em consideração que um terço dos membros do Senado são nomeados directamente pelo presidente da República).
- 2.11 O CRM também observou uma interferência efectiva com os poderes legislativo e executivo, resultando numa diluição de responsabilidades dos representantes eleitos, que são os membros do Parlamento e o Presidente da República. Com efeito, mesmo que o presidente tenha sido eleito por toda a nação, o presidente não pode impor seu programa político, sem o apoio da maioria presidencial e parlamentar. No caso de ser necessário existir coabitação política com um primeiro-ministro que seja de um grupo político diferente, provavelmente haverá conflitos institucionais com repercussões prejudiciais sobre a governança do Estado
- 2.12 A reforma dos serviços públicos está em curso. Informação e comunicação tecnológica e "governança electrónica" já foram introduzidas, o novo estatuto tem como finalidade o desenvolvimento de uma administração moderna, eficiente e responsável. Enquanto conserva o sistema de carreira para os funcionários públicos, esta lei centra-se especialmente sobre o emprego através de um novo regime contractual adaptado

às novas delegações de administração pública. Contudo, os graves problemas de excesso de pessoal e de remunerações pouco atraentes requerem uma solução urgente.

- 2.13 É particularmente difícil obter dados fidedignos em relação a corrupção política. Foi no entanto observada corrupção generalizada na vida política e “acordos” não são estranhos aos discursos governamentais.
- 2.14 Nos termos de promoção e protecção à mulher, têm sido feito progressos tangíveis nas diferentes esferas políticas, económicas e sociais, como resultado de uma acção desempenhada por mulheres Algerinas como integração da dimensão de género e para a igualdade de género. Contudo, continuam a existir insuficiências e numerosas restrições políticas, socioeconómicas, culturais e religiosas necessitam de ser superadas.
- 2.15 Idênticas observações podem ser feitas acerca do problema das crianças abandonadas ou crianças com pais desconhecidos, jovens que enfrentam graves problemas de desemprego e expostos a violência, drogas e delinquência, e até mesmo tentação de emigrar ilegalmente, cuidados inadequados e suporte para os idosos e cerca de 3.000.000 pessoas com deficiências, assim como no caso do estatuto jurídico dos refugiados e imigrantes.
- 2.16 Se a análise da situação actual da Argélia mostra perspectivas reais para a reconciliação e para o desenvolvimento da democracia constitucional e o Estado de direito nacional, permanece o facto de que ainda há muito a ser feito, a fim de consolidar a paz e a estabilidade e de promover os direitos humanos em geral, com especial ênfase no sexo, e as relações entre homens e mulheres, campanhas de combate à corrupção, a promoção do diálogo social, a participação dos cidadãos e o reforçar a eficácia da administração.
- 2.17 Argélia encontra-se numa encruzilhada, emergindo de uma década de terror e negação dos direitos fundamentais, o que explica a magnitude e gravidade dos desafios que enfrenta, nomeadamente o desafio da reconciliação nacional e da consolidação da paz, o desafio da consolidação da democracia e do Estado de Direito e da sociedade, o desafio de garantir a igualdade de promoção e protecção dos direitos humanos na vida cotidiana, o desafio de promover a igualdade de género e proteger os jovens e outros grupos, incluindo os deficientes, os idosos, os imigrantes e os refugiados; o desafio de reforma e modernização da administração pública, incluindo a luta contra a corrupção - que até mesmo os líderes do país, são considerados ao maiores flagelos da sociedade argelina
- 2.18 O CRM constatou as melhores práticas na governança política da Argélia. Elas incluem, nomeadamente: (i) a reconciliação nacional no contexto da campanha antiterrorista; (ii) o policiamento comunitário para garantir a segurança e reconstruir os laços sociais entre os cidadãos e os serviços de segurança; (iii) o serviço público do sistema de justiça, a fim de facilitar o acesso de todos à justiça e à protecção dos seus direitos; (iv) o Observatório do Emprego Mulheres do Ministério de Minas e Energia; (v) a Associação Nacional de Apoio às Crianças em Dificuldade e em Instituições (ANSEDI).
- 2.19 Tendo em consideração o acima exposto, a AAP recomenda as seguintes medidas: (i) ratificar instrumentos internacionais pendentes (especialmente sobre o Tribunal Penal Internacional) e suspender todas as reservas sobre os instrumentos internacionais já ratificados, em particular os relacionados com o terrorismo internacional e outras organizações criminais; (ii) a prosseguir a paz e a política de reconciliação nacional, o fortalecer da Delegacia de Polícia em um amazighité, estabelecendo um quadro jurídico e institucional para lidar com imigrantes; (iii) reforçar as garantias constitucionais da separação e equilíbrio de poderes, optando por um sistema político que reduza o risco de conflito entre instituições e que clarificam as responsabilidades políticas de cada órgão do Estado; (iv) continuar a tomar medidas para a modernização dos serviços públicos, particularmente através da reorganização dos seus serviços e da definição de funções e responsabilidades, e também através da introdução participativa, objectiva e a avaliação pessoal eficaz e mecanismo de motivação; (v) garantir a efectiva implementação da estratégia de Anticorrupção Nacional, consolidando as capacidades do Órgão de Anticorrupção Nacional que foi estabelecido pelo Decreto 06-413 de 22 de Novembro 2006, no âmbito da Presidência, bem como as estruturas responsáveis pelo controlo da despesa pública e para a luta contra a corrupção.

Governança e Gestão Económica

- 2.20 Nos últimos 10 anos a economia Argelina revelou um crescimento sustentável, geralmente superior aos 5%. A inflação, a qual até finais de 2006 foi contida abaixo dos 3%, e a partir daí registou uma subida devido ao aumento dos preços de matérias-primas alimentares. Uma gestão prudente e aumentos de receitas na sequência do aumento dos preços internacionais de petróleo e produtos petrolíferos fizeram com que as autoridades reforçassem uma política fiscal expansionista e implementassem dois sucessivos programas de crescimento (2001-2004 e 2005-2009). A melhoria nas suas contas externas, em combinação com o aumento do preço do petróleo, encorajou a Argélia a acelerar o reembolso das suas dívidas, para assim melhorarem a sua situação de dívida pública.
- 2.21 Em relação ao seu quadro macroeconómico, a Argélia tem feito progressos notáveis em termos de crescimento, que se mantiveram estáveis e elevados; poupança e investimento; as taxas de desemprego (que foi reduzida em 50%), a taxa de inflação (reduzida para 3%); o equilíbrio das despesas públicas e contas externas (forma excedente), o pagamento acelerado da dívida externa; e a estabilidade monetária. Todos esses factores realçam a oportunidade de outras políticas económicas na Argélia e, em particular as reformas políticas. Os principais programas económicos lançados em 2001 e 2005 visam preparar o caminho para alcançar a aspiração de se tornar um país de mercado emergente. Isso vai exigir uma governação macroeconómica efectiva em termos da optimização da utilização dos recursos com vista a alcançar os objectivos que as autoridades criaram para o desenvolvimento humano, o equilíbrio territorial e das gerações, bem como para a diversificação das actividades económicas.
- 2.22 *Políticas sectoriais e macroeconómicas.* Um sólido quadro macroeconómico, por si só não é suficiente para criar o crescimento e o desenvolvimento se, as políticas sectoriais dinâmicas não forem adotadas para apoiar os sectores de crescimento. Confrontado o imperativo em acelerar o crescimento e avançar rumo ao desenvolvimento, o governo Argelino tem feito esforços nesse sentido, mas as medidas tomadas não têm sido bem-sucedidas em termos de investimentos realizados. A recente articulada estratégia industrial precisa responder ao problema da baixa utilização da capacidade industrial, que não excedeu os 50% em 2004
- 2.23 Também seria apropriado o compreender os principais objectivos da política de agricultura do país. Não foi possível considerar este aspecto em detalhes, mas o Governo tem, obviamente, dado apoio activo e massivo para relançar este sector, sem plano estratégico claro para reconquistar o mercado local e conquistar o mercado estrangeiro, essencialmente o mercado europeu. Finalmente, o Governo deve mobilizar os recursos necessários para a formulação de uma visão global consensual da Argélia, da qual as estratégias sectoriais podem inspirar, com a consideração das opções de liberalização, privatização, a diversificação e da redução da dependência excessiva de hidrocarbonetos.
- 2.24 *Mobilização de recursos domésticos e acumulação de capital.* O Governo da Argélia adoptou uma aproximação macrofinanceira sensata. Os preços do Petróleo, o qual, durante vários anos foi apreciado e as gigantescas expectativas da população poderiam ter sido forçados a enveredarem por improvisação e compromisso e altos níveis de despesas; isso não aconteceu. A Argélia preservou as suas receitas excedentárias petrolíferas através do Fundo de Estabilização do Petróleo (FRR). Este sucesso foi tornado possível através de uma política de gestão prudente, o que minimizou o défice.
- 2.25 *Vulnerabilidade aos impactos.* Uma economia eficiente não pode ser gerida sem antecipação de potenciais interrupções que poderiam obrigá-lo a desviar-se do seu rumo. A boa governação requer que o país antecipe impactos internos e externos e mecanismos de desenvolvimento necessários para os detectar, adoptando mecanismo para atenuar e evitar o seu impacto, e as necessárias medidas de acompanhamento. Existe uma necessidade urgente de ultrapassar as respostas pontuais e análises sistémicas.
- 2.26 *Autoridades públicas e administração.* Na Argélia, mais do que em qualquer outro local, o orçamento de três anos assim como a fixação de indicadores de despesas públicas são esperados ser um marco importante. O orçamento plurianual e o plano nacional de contabilidade pública, reconciliado com a nomenclatura do

orçamento, são também uma indicação de progresso. Estas reformas necessitam ser implementadas como assunto urgente sem ser de forma apressada.

- 2.27 *Previsibilidade*. A questão da previsibilidade das políticas económicas está intimamente ligada à transparência dos dados económicos, bem como à colaboração e consulta com os agentes económicos e sociais sobre as diversas políticas governamentais. É relativo a vários aspectos do processo, o conteúdo e significado. Nesta área, a eficácia do país é ainda deficiente, isto deve ser obtido.
- 2.28 *Coordenação das acções*. Mesmo que não se possa falar de descentralização, se a escassez de informação localmente disponível acerca dos maiores projectos é alguma coisa a aproveitar, é pelo menos possível falar sobre a devolução efectiva sob os auspícios da Wali. Os desafios observados são relacionados com a insuficiente capacidade de planeamento, a implementação de actividades e execuções orçamentais, que são agravados pelo excepcionalmente elevado número e dimensões de projectos em curso. O sistema de informação do cidadão necessita melhorias profundas.
- 2.29 *Finanças Públicas*. O desempenho orçamental da Argélia, durante os últimos anos, tem sido excepcional e o país tem tomado iniciativas notáveis para reduzir o impacto das flutuações do preço de óleo no seu orçamento e na sua dívida externa. Não obstante estas iniciativas bastante positivas, a Argélia é vulnerável aos choques externos (especialmente vindos do sector do Petróleo) e existem algumas deficiências nos mecanismos criados para garantir a transparência, a participação dos cidadãos, e controlo e responsabilização na gestão das finanças públicas. O CRM também registou o amplo programa de modernização orçamental, em especial a adopção dos resultados baseados no orçamento e na reforma de tributação local.
- 2.30 *Desempenho Orçamental Excepcional*. O Estado tem visto os seus cofres consideravelmente inchados devido ao aumento de preços no petróleo. O balanço global atingiu um excedente de tesouraria na média de mais de 9% do PIB em 2002-2005, enquanto era mais ou menos semelhante em 2002. Houve um aumento no excedente do balanço corrente num excesso de 18% do PIB, permitindo ao país acumular reservas cambiais adicionais. Estas reservas totalizaram em 2006, US \$80 bilhões, o que representa o equivalente a 4 anos de importação. Este é um novo recorde a ser comparado com os US \$10 bilhões de receita gerada em 2004 (4.6 meses de importação). Estas reservas estão projectadas para atingir os US \$ 100 bilhões em 2007/2008, se o preço do petróleo continua na sua espiral ascendente. Este desempenho orçamental excelente permite que a Argélia reconstitua as suas reservas de divisas e que implemente programas de investimento público para estimular o crescimento. O primeiro programa de apoio deste género foi implementado em 2001-2004 e foi seguido por um Plano de Consolidação de Crescimento para 2005-2009 de quase US \$ 120 bilhões.
- 2.31 *A economia Argelina ainda é vulnerável a choques externos*. A economia Argelina, que ainda é altamente dependente dos hidrocarbonetos, deveria ser diversificada. Na realidade, o sector dos hidrocarbonetos é responsável por 70% das receitas do governo, 45% do PIB, 97% das receitas de exportação. A predominância do sector afectou profundamente a estrutura e atenuou todos os incentivos para adoptar uma política activa de diversificação. Isto levou a uma fraqueza no sistema interno de tributação e vulnerabilidade das finanças públicas a possíveis choques externos.
- 2.32 Embora a corrupção seja largamente reconhecida como doente, não existem dados fiáveis para mostrar a escala do problema. Corrupção surge em grande parte como resultado da relutância do governo para introduzir a liberalização económica que rapidamente gerou benefícios de posições, uma vez que o período de instabilidade na Argélia entre 1992 e 2000 enfraqueceu as instituições de controlo e incentivou canais paralelos, bem como redes de contrabando e corrupção.
- 2.33 A nível institucional o CRM registou a ausência de qualquer instituição governamental (por exemplo, uma comissão anticorrupção nacional) com o único mandato de coordenar os esforços do Governo nesta área. Foi criada uma unidade para combater a lavagem de dinheiro e o terrorismo, mas nenhuma para a corrupção. Também foi observado pelo CRM que as instituições de supervisão foram marginalizadas por causa dos meios manifestamente inadequados de controlo fornecidos pelo Governo para lidar com a quantidade de trabalho que precisa ser feito.

- 2.34 *Integração Regional*. Aqui o objectivo não é simplesmente de fazer parte dum movimento internacional, mas sim, para conceituar um projecto de integração que, apesar de ter uma visão política, deve ao mesmo tempo incorporar uma racionalidade económica tendo em consideração os mecanismos de incentivo para os agentes privados. É esta visão política que permite que os objetivos estratégicos a longo prazo serem considerados e justifica a adopção, a curto prazo, de uma abordagem proactiva e de termos e condições que são suscetíveis de incentivar os operadores económicos de diferentes países ao comércio entre si.
- 2.35 O CRM observou as melhores práticas da Argélia em termos de governação e gestão económica. São notáveis: (i) a criação de um FFR para hidrocarbonetos; (ii) a possibilidade de procedimentos de recurso em processo de contratação pública; e (iii) cooperação regional.
- 2.36 Geralmente, a Argélia terá que superar os seguintes desafios, decorrentes de recomendações do CRM: (i) a aceleração / sucedendo as principais reformas estruturais em curso; (ii) a diversificação da economia em outros sectores da economia, como a indústria, agricultura, turismo e novas tecnologias, etc; (iii) conter a inflação e melhorar a balança de pagamentos, através da diversificação das exportações; (iv) alcançar o maior grau possível de autonomia na despesa pública, tornando-se cada vez menos dependente das receitas dos hidrocarbonetos; (v) a organização de uma transição bem-sucedida de um Estado de bem-estar para uma que exige a responsabilização das pessoas nas esferas sociais e económicas; (vi) o combate à corrupção e o estabelecimento das medidas de dissuasão eficazes.

Governança Corporativa

- 2.37 A passagem da Argélia a partir de uma economia de subsistência centralizada para uma economia de mercado e de produção, a fim de garantir a sua integração na economia mundial, a sua entrada na zona de comércio livre na União Europeia e seus membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) são sinais de que o país está prestes a embarcar numa fase de profunda mutação em termos de organização, estruturas e modos de gestão que têm sido as características de governança corporativa na Argélia. Na verdade, a abertura da economia Argelina requer a aceleração das reformas prioritárias para incentivar o investimento privado, diversificar a economia para torná-lo menos dependentes dos hidrocarbonetos, e criar emprego.
- 2.38 As autoridades adotaram padrões internacionais e realizaram reformas estruturais para criar um ambiente eficaz e um quadro efectivo e promover o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Estas reformas são consistentes com a transição liberal, realçando o papel esperado da iniciativa privada na nova arena económica Argelina, através de parcerias entre o Estado e este sector, para superar uma série de constrangimentos que o país enfrenta, nomeadamente: (i) a acelerar as reformas estruturais para garantir uma melhor integração da Argélia na economia mundial; (ii) promover um ambiente de negócios saudável, garantindo que a Argélia coloque teorias em prática; (iii) para preparar uma geração de actores económicos privados mais bem-sucedidos, que abraçam os valores da ética e da probidade nos negócios; e (iv) promover melhor o espírito empresarial e a consciência das responsabilidades entre os líderes corporativos.
- 2.39 Foram estudados estes constrangimentos e os desafios que representam, que os CRM na avaliação da governança corporativa nas empresas Argelinas analisaram mudanças nesta governação, tal como apresentado no CSAR. O problema dessa transição difícil foi caracterizada pelo presidente do CNES como se segue: "o Estado continua a arrastar os pés em vez de deixar essas áreas para se deslocarem para as áreas estratégicas onde deveriam estar".
- 2.40 No respeitante à implementação de normas e códigos, o CRM observou que o Governo tinha assinado e ratificado um número impressionante de padrões internacionais. Embora estejam a ser tomadas medidas para que estes sejam implementados, o progresso alcançado até agora é insuficiente em termos de qualidade e quantidade. Na área da supervisão bancária, o país cumpre totalmente ou quase totalmente os princípios internacionais que regem as normas e códigos. As normas da ISO 9000 e a ISO 14001 têm sido adoptadas por poucas empresas internacionais.
- 2.41 O CRM observou também as numerosas iniciativas que foram adoptadas pelo Governo para melhorar o clima de negócios, bem como os mecanismos estabelecidos para proteger o meio ambiente e prestar assistência financeira aos jovens empresários, como a Agência Nacional de Apoio ao Emprego de Jovens (ANSEJ). O CRM reconheceu as numerosas reformas que o Governo introduziu no sistema financeiro e bancário para facilitar a disponibilidade de crédito para as empresas, especialmente as pequenas e médias empresas

(PME), e seu desejo de ajudar as empresas a actualizar-se e adotar códigos e padrões internacionais para melhorar a sua competitividade. Os atrasos em implementar as numerosas reformas promulgadas por Lei pelo Governo, particularmente no sentido de facilitar o acesso à terra, constituem um obstáculo a dinâmicas económicas.

2.42 O CRM observou que as empresas públicas e as grandes corporações privadas cumprem geralmente com as leis existentes sobre a protecção do direito do trabalho, a responsabilidade social para com a sociedade em que operam, e a implementação de normas ambientais. Muitas PME – na sua maioria constituídas por empresas familiares, são menos sensíveis a estes valores, com excepção da sua contribuição para o Zakat. Os mecanismos de resolução de conflitos dentro dessas corporações são, geralmente, bastante efectivos. Contudo, os tribunais comuns não dispõem adequados de recursos humanos que sejam qualificados para lidar com estas disputas comerciais.

2.43 *A adopção e promoção de códigos de ética empresarial para alcançarem objectivos empresariais.* O CRM observou que, num contexto caracterizado por rápidas transformações para uma economia de mercado e a prevalência de uma estrutura produtiva composta 90% por empresas individuais, e de um sector não-estruturado controlar 30% das actividades comerciais e instituições de controlo que ainda não atingiram um elevado nível de eficiência, a corrupção e a fraude são generalizadas. Tanto o CSAR como as várias partes interessadas, relataram casos de corrupção e conspiração na adjudicação de contratos e fraudes maciças de activos públicos e privados. O não-cumprimento do código de ética é um sério problema na Argélia. As autoridades têm consciência disso e introduziram medidas draconianas para combater o problema, não podem vencer esta batalha sem a participação das próprias corporações

2.44 A maioria das empresas Argelinas ainda não desenvolveram sistemas internos adequados para fornecer informação aos seus parceiros comerciais ou aos accionistas. Mais uma vez, a natureza informal ou as empresas que são habitualmente património familiar como são a maioria das sociedades são culpadas. A prestação de informações financeiras, mesmo para os acionistas, é rara, excepto no caso das empresas públicas, onde a supervisão pela autoridade supervisora está altamente desenvolvida. As maiorias das deficiências observadas são devidas à escassez de contabilistas qualificados. As associações de consumidores não estão adequadamente equipadas para proteger o seu direito de ter acesso a informações sobre a qualidade dos produtos que lhes são oferecidos ou vendidos.

2.45 No respeitante à prestação de contas das sociedades, seus directores e administradores, os textos legislativos e regulamentares que regem as sociedades públicas e privadas, incluindo o Código Comercial, enunciam as funções de estruturas empresariais perante os seus acionistas. No entanto, o CRM, observou, que muitos chefes de empresas públicas, reivindicaram o direito de tomar decisões de gestão, sem risco de sanções penais para os erros cometidos na gestão diária da empresa ou quando essas decisões são tomadas em boa-fé.

2.46 Com base nestes resultados, o Painel do APR faz as seguintes recomendações: (i) a rápida implementação das medidas mais estratégicas de reforma, especialmente no sector bancário e financeiro; (ii) reforço das medidas relativas à segurança social para os trabalhadores, os salários mínimos garantidos e a implementação de programas de formação mais adequados ao mercado de trabalho; (iii) prestação de uma maior assistência às diferentes indústrias, permitindo-lhes actualizar, seu desempenho e implementação de códigos e normas ambientais por parte das empresas; (iv) criação de uma agência anticorrupção, a melhoria das capacidades do observatório e o compromisso por parte dos membros da Câmara de Comércio e Indústria (CACI) Argelino ao considerar a inclusão de cláusulas de proibição de práticas de corrupção nos seus contratos de parceria; e, mais fundamentalmente, (v) a aceleração do processo de privatização das inúmeras restantes empresas públicas económicas (EPE) que ainda ocupam um lugar predominante no tecido económico do país.

Desenvolvimento Socioeconómico

2.47 A Argélia está a passar por profundas mudanças. Depois de uma década de violência em 1990, que deixou mais de 100 000 pessoas mortas, dezenas de milhares de órfãos, viúvas e pessoas com deficiências, o país recuperou e iniciou um vasto programa de reforma político, estrutural, social e económico. Os seus progressos no desenvolvimento socioeconómico são indicadores convincentes do desejo do Governo em transformar a

vida dos cidadãos Argelinos. Os indicadores de desenvolvimento humano contidos neste documento demonstram isto amplamente e representam a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

- 2.48 Devido aos seus recursos no petróleo, o país tem um certo grau de autonomia de escolha, elaboração e execução no seu programa de desenvolvimento. No entanto, a promoção da corresponsabilidade envolvendo outros parceiros e intervenientes no desenvolvimento socioeconómico (ou seja, negócios e outros membros da sociedade civil), serviria geralmente para melhorar a apropriação nestas áreas estratégicas.
- 2.49 A Argélia tem feito significativos progressos no sector social. Como resultado das suas políticas sociais e da subida do petróleo, o país melhorou radicalmente o acesso aos serviços básicos prestados pelo sector público, e desenvolveu vastos sistemas de saúde, educação e protecção social. A população, que, antes da independência, era na sua maioria rural (70%), só tinha um acesso muito limitado à educação, saúde e empregos, e o seu nível de rendimentos era proporcional ao mais baixo nível de actividade geral económica. Sob pressão das crescentes demandas sociais, a política de desenvolvimento ao longo das últimas três décadas foi, precisamente, para a criação de melhores condições para os grupos mais desfavorecidos da população.
- 2.50 Amplamente apoiada pelo Estado, os preços dos principais bens de consumo têm sido gradualmente liberalizados, tal como foi o caso das frutas e os vegetais em 1982, e depois uma vasta maioria de outros productos em 1982 e 1992. A eliminação de subsídios originou aumentos substanciais nos preços de bens de consumo, o que afectou todos os productos, particularmente os productos de maior consumo. Estes aumentos afetaram negativamente o poder de compra das famílias, aumentando assim as fileiras dos pobres. Deve, contudo, notar-se que a pobreza abjeta, como descrita por organizações internacionais no contexto dos ODM (menos de US \$ 1 por dia), é marginal e está a desaparecer na Argélia, o que é uma vitória.
- 2.51 Desde o final da chamada "década escura" de 1990, a pobreza na Argélia tem vindo a diminuir. Segundo o Sexto Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de 2006, que foi apresentado pela CNES a 15 de Fevereiro de 2007, o índice de pobreza humana passou de 25,23% em 1995 para 16,6% em 2005, o que representa uma diminuição na média anual de 4%. A diminuição da pobreza também foi registada, particularmente a nível do declínio da desnutrição, com o número de crianças de peso insuficiente numa descida de 12,3% ao ano e, em menor grau, ao nível da mortalidade em pessoas com menos de 40 anos de idade, e uma diminuição de analfabetismo.
- 2.52 Na Argélia, a pobreza é principalmente um fenómeno rural. Bolsas de pobreza podem ainda ser encontradas nas cidades, no entanto, é o que afecta as pessoas deslocadas e pessoas vulneráveis, tais como as viúvas, órfãos e vítimas de terramotos.
- 2.53 As disparidades regionais estão a ser ainda mais estabilizadas, seguindo novos programas que visam especificamente as regiões desfavorecidas. Assim, as províncias (*wilayas*) menos desfavorecidas na parte Sul têm beneficiado de programas específicos, financiados a partir de uma taxa sobre as receitas fiscais do petróleo de 2 e 3%. O desenvolvimento das áreas rurais também é favorecida pelo crescimento agrícola, um setor que tem vindo a consolidar a sua contribuição ao longo dos últimos anos, graças às reformas em curso no sector. A Política de Desenvolvimento Rural, posta em pratica em 2006 e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, posta em pratica em 2005 será o quadro ideal para apoiar a intervenção nas zonas rurais, a fim de contribuir para o reforço da coesão social e do desenvolvimento equilibrado dos territórios.
- 2.54 A situação da terra na Argélia é complexa e necessita ser clarificada a fim de que a implementação da Política de Desenvolvimento Rural e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, tenha sucesso. Esta situação da terra é interpretada, principalmente por uma diversidade de disposições legais que regem as terras do Estado e da falta de legislação para as terras privadas.
- 2.55 Na década de 1990, as estruturas de saúde foram principalmente localizadas nas cidades maiores e o acesso do público aos serviços de saúde, particularmente nas áreas rurais, era relativamente limitado. Depois da Independência, a política de saúde do Governo foi especificamente direccionada para melhorar o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde através da introdução de atendimento médico gratuito em 1974, por um lado, e, por outro, a prestação de mais serviços de saúde em todo o país, especialmente nas áreas rurais.

- 2.56 A Argélia fez enormes progressos na educação em termos de números, infraestrutura e serviços, uma vez que a sua independência foi alcançada em 1962. A educação é gratuita para todas as crianças argelinas e é obrigatória dos 6 aos 16 anos de idade. O País tem actualmente 60 universidades em 41 (*wilayas*) províncias. No final desta década Argélia espera ter mais de 1,4 milhões de estudantes universitários. O objectivo do Governo é o de proporcionar educação de qualidade, melhorar as competências dos diplomados, melhorar o desempenho geral do sistema educacional, e a adaptação das medidas de formação propostas às necessidades de desenvolvimento social e económico.
- 2.57 O princípio da igualdade de género está arraigado na Constituição. Esta igualdade também é aplicada nos domínios civis, penais, administrativos e comerciais. Em ambos os direitos civis e criminais, não existe discriminação entre homens e mulheres. No entanto, o lugar das mulheres na vida económica e social ainda é mínima, embora as mulheres tenham feito progressos significativos nos últimos anos e a paridade de género na educação já foi alcançado. A proporção de raparigas no ensino superior é de 57,5%. Apesar do progresso na educação, as mulheres ainda são marginalizadas nos escalões mais elevados de emprego (com excepção aos corpos magistrados) e também na representação política.
- 2.58 Devido à abertura do país para o mundo exterior, o Código de Família, o qual remonta a 1984, está constantemente a ser revisto para incorporar algumas realidades do século 21. A sua modificação pela Portaria 02/05 de 27 de Fevereiro de 2005 aumentou o estatuto pessoal das mulheres. As associações de mulheres e a opinião pública são muito vocais nesta área, especialmente desde que a ratificação (embora com algumas reservas) da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).
- 2.59 Apesar do fraco envolvimento da população no processo de desenvolvimento socioeconómico, existe uma crescente participação das partes interessadas em todos os níveis de desenvolvimento. O Painel do AAP recomenda às autoridades que analise formas de promover ainda mais uma política de democratização e de propriedade de desenvolvimento socioeconómico por parte dos cidadãos. Em vez de simplesmente realizarem consultas para legitimar as decisões cima mencionadas, o foco deve ser a institucionalização de mecanismos que garantam a participação popular, nomeadamente através de comités de aldeia, as quais são as estruturas para o diálogo entre as autoridades e as outras partes interessadas na sociedade.
- 2.60 Com base nas suas análises e conclusões, o Painel do APR recomenda principalmente: (i) o levantamento de todas as reservas sobre a ratificação da Convenção de Copenhaga acerca de todas as formas de discriminação contra as mulheres; (ii) examinar e decidir rapidamente, numa revisão da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, as questões cruciais relativas à natureza e ao modelo de crescimento económico, na determinação dos sectores básicos ou fundamentais, bem como a relação entre eles, e isto em apoio ou eventual substituição para a predominância do sector dos hidrocarbonetos. Os principais sectores identificados são a agricultura, indústria petroquímica, turismo e serviços. (iii) ter o cuidado especial para garantir que o crescimento é a "favor dos pobres", com ênfase na criação de emprego nas áreas apropriadas; (iv) promover algum grau de responsabilidade partilhada entre os outros parceiros de desenvolvimento socioeconómico e operadores empresariais e da sociedade civil; (v) garantir uma clara articulação de uma visão compartilhada do projeto de construção de consenso social em torno de qual deve ser construída; (vi) que define claramente a política de transição de um socialista para um modelo liberal de desenvolvimento socioeconómico, com etapas de execução e modalidades para acelerar o processo e ajudar a superar hábitos arraigados.
- 2.61 O CRM observou um bom número de exemplares e melhores práticas na área de desenvolvimento socioeconómico. Estes incluem, entre outras, a educação de jovens raparigas, a política de habitação social e de assistência para o emprego aos jovens, a erradicação em massa de doenças sexualmente transmissíveis (que tem aumentado significativamente a expectativa de vida, reduzindo-a a níveis dos países industrializados), a participação das autoridades religiosas muçulmanas na luta contra o HIV / AIDS, a Economia Nacional e pacto social.

Questões Globais

Questões de carácter global são questões gerais que, embora tratados ao abrigo de uma secção particular, são comuns a outras áreas temáticas e requerem uma abordagem holística num ou mais países avaliados pelo ARPM. Isto inclui:

- A reforma e a modernização do Estado;
- Corrupção e branqueamento de capitais;
- Igualdade de Género;
- Emprego para os jovens; e
- Planeamento Urbanístico.

Boas Práticas

- O papel histórico da Argélia no Pan-africanismo de África
- O envolvimento pessoal do Presidente da República no Exercício de Autoavaliação do País.
- Reconciliação Nacional e Promoção da Paz e Unidade.
- Tolerância num País Islâmico.
- Políticas de Vizinhança.
- Tecnologia de Informação, Comunicação e Justiça.
- Alteração do Código de Família em 1984.
- Observatório de Emprego para Mulheres.
- Fundo par a Legislação de Receitas (FRR) de Hidrocarbonetos (Fundo de Estabilização).
- Recurso no Processo de Adjudicação Pública.
- Programa de Bolsas de Estudo da Argélia para a Africa.
- Argélia-Lagos Rota trans-saariana.
- *Saber e Querer Fazer* (SEVE).
- Agência Nacional de Apoio a Emprego para a Juventude (ANSEJ).
- Programa de Formação Sonelgaz.
- Argélia e a implementação dos OMD.
- Mecanismo Públicos para a Promoção de Emprego na Argélia.
- Aumento da expectativa de vida ao Nascer.
- O Envolvimento de Autoridades Religiosas na Luta contra o HIV/SIDA.
- Erradicação em Massa ou Doenças Transmissíveis.
- Esforços feitos na área da Habitação Social.

- Educação de raparigas na Argélia.
- Economia Nacional e Pacto Social (CNEP)

CONCLUSÕES

Para efeitos do CSAR, a Argélia preparou um esboço do Programa de Acção (PoA) que pretende implementar em resposta aos desafios e insuficiências observadas em ambos os relatórios do CSAR e CRM. O Painel APR tem estudado o PoA e compartilhou suas observações e recomendações com as autoridades Argelinas.

O painel pretende incentivar as autoridades Argelinas a comprometerem-se a prosseguir com a implementação do Programa de Acção, a fim de melhorar ainda mais, o desempenho do país na área de governança. Isto incluiria a resolução de questões relacionadas com as áreas "dolorosas", como admiravelmente dito pelo presidente Bouteflika. Algumas das realizações representam práticas exemplares, que o Painel apela ao país que as persiga honestamente. Embora ainda existam muitos obstáculos e desafios a serem cumpridos, a Argélia é dotada de muitos recursos que lhe permitem atingi-los.

Pontos Fortes

- A vontade Política e o compromisso da liderança para ver através das reformas institucionais, política e económicas.
- O retorno gradual à paz e à estabilidade.
- Política de reconciliação Nacional.
- O desenvolvimento dos recursos humanos através da educação e saúde acessíveis e gratuita.
- Imensos recursos naturais especialmente os hidrocarbonetos.
- Implementação da maioria dos ODM e da capacidade para cumprir os compromissos assumidos para 2015
- Uma nação com uma alta expectativa de vida.
- Uma Gestão sólida e prudente dos recursos financeiros.
- Fundo para a Legislação de Receitas (FRR) de Hidrocarbonetos (Fundo de Estabilização).
- Autonomia na escolha do financiamento do programa de desenvolvimento.
- O compromisso da Argélia para o Magrebe Africano executado através da diplomacia ativa e lúcida
- Imprensa Privada Vibrante
- Sociedade Civil emergente
- Grande número de Universidades (60 instituições universitárias em 41 províncias (*wilayas*))

Desafios

- Reforma e modernização do Estado.
- Igualdade de géneros e tradições socioculturais.
- O desemprego entre os jovens
- Questões ambientais e desequilíbrios regionais.
- A extensão da base de crescimento e diversificação de sectores económicos.
- Contenção da inflamação.
- A responsabilidade dos agentes económicos e sociais.
- Protecção da reconciliação Nacional e consolidação da paz.
- A luta contra a corrupção.
- A aceleração das reformas estruturais.
- Ajuste de formação/ emprego.